

O texto como possibilidade de ruptura: análise do funcionamento do gênero midiático

*Carme Regina Schons**
*Evandra Grigoletto***

Resumo

O presente trabalho trata das práticas de linguagem no gênero midiático, decorrentes de uma certa regularidade que, no entanto, pode ser rompida. Os textos que circulam na esfera jornalística nos permitem entender o funcionamento dessa regularidade, de uma escrita designada a orientar seus leitores a cumprir uma função social. Geralmente, há um lugar nesses textos para a definição do tipo de produtor “autorizado” socioculturalmente para validar a prática de linguagem e, mais que isso, levar o leitor a testemunhar um modo de ver a realidade. Da mesma forma, nesse gênero de discurso há um lugar de saber, que pode ser de diferentes ordens e determina e encaminha opiniões. A (des)identificação com esse lugar de saber indica um produtor textual autorizado a manter e/ou romper com o(s) sentido(s) do texto.

Palavras-chave: Gênero midiático. Sentido. Ruptura.

Língua, discurso e gênero em Bakhtin

Na perspectiva bakhtiniana, pensamento, língua, linguagem, sociedade e sujeito estão em constante movimentação; são, simultaneamente, constitutivos, porque no seu funcionamento são sempre significadores, constituem-se no movimento histórico e no espaço das práticas sociais.

A força que se impõe do/sobre o outro nessas práticas materializa-se pela língua. Para Bakhtin (2003, p. 261), não é de se surpreender que “o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade

* Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS. Docente dos programas de Graduação e Pós-Graduação em Letras da UPF. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso.

** Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS. Docente dos programas de Graduação e Pós-Graduação em Letras da UPF. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso.

humana, o que, é claro, não contradiz a unidade de uma língua”. Segundo Bakhtin, a língua se (des)estabiliza na concretude do discurso e o lingüístico é sempre produto inacabado. Se a língua é o produto de um trabalho social e histórico de uma comunidade, a sua sistematização está sempre em aberto, sobretudo afetada pelo ideológico e, conseqüentemente, cheia de contradições, de desigualdades, de diversidade. É heterogênea.

Bakhtin, ao propor a sua concepção de língua, vai valorizar a fala, a enunciação, afirmando sua natureza social, não individual: a fala está indissolúvelmente ligada às condições de comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais (YAGUELLO, 2002). Assim, a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; por isso, os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema.

Conforme nos mostra Yaguello (2002), Bakhtin define a língua como expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito desta luta, servindo, ao mesmo tempo, de instrumento e de material. Grigoletto (2005b, p. 117), ao propor uma reflexão sobre o conceito de língua e discurso-outro em Bakhtin, lembra que a língua, para este estudioso, “é determinada pela ideologia, sendo o instrumento e objeto das relações e conflitos interindividuais, representados na interação verbal pela relação entre *eu* e *tu*, que não é uma relação direta, mas determinada socialmente”.

Ao propor uma concepção dialógica de língua, Bakhtin contempla a inscrição, a presença do discurso-outro em toda e qualquer prática discursiva. Em outras palavras, considera a heterogeneidade como elemento constitutivo do discurso.

Citando o próprio Bakhtin,

essas relações (as dialógicas) se situam no campo do discurso, pois este é por natureza dialógico e, por isto, tais relações devem ser estudadas pela metalingüística, que ultrapassa os limites da lingüística e possui objeto autônomo e tarefas próprias. As relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas, que por si mesmas carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre elas possam surgir relações dialógicas (1981, p. 159).

A esse conceito de discurso como objeto constitutivamente dialógico está relacionado o conceito de gêneros do discurso proposto por Bakhtin. Ao tratar dos diversos campos da atividade humana, relacionando-os à produção e ao emprego de enunciados pelos falantes de uma língua, Bakhtin (2003) apresenta o conceito de gêneros do discurso. Diz ele (2003, p. 261): “Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional.” Tais elementos (o conteúdo temático, o estilo e a construção

composicional), segundo Bakhtin, são determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação e estão indissociavelmente ligados ao todo de um enunciado.¹ Portanto, são os tipos relativamente estáveis de enunciados que são denominados “gêneros do discurso”. Embora a estabilidade dos enunciados seja o que os caracteriza enquanto gêneros, estes não são homogêneos, já que

a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitivas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2003, p, 262).

Daí o caráter extremamente heterogêneo dos gêneros do discurso. Ao mesmo tempo em que são heterogêneos, a sua constituição está determinada pelas coerções das diferentes práticas discursivas e, por sua vez, pelos usos da língua nessas práticas. E fazem parte das coerções das práticas discursivas a situação, a posição social e as relações pessoais de reciprocidade entre os participantes da comunicação. A mídia pode ser tomada como um exemplo que representa um espaço de coerção, já que pelas relações de poder impõe um sentido dominante em detrimento de sentidos que são silenciados.

Com base nessa reflexão acerca dos gêneros do discurso, Bakhtin trabalha o dialogismo dos enunciados. Cada enunciado é um elo na cadeia da co-

municação discursiva em relação com outros enunciados a ele vinculados. E são os sujeitos do discurso (os falantes), que também se constituem pelas palavras do outro, quem determinam os limites desses enunciados. Somente um Adão bíblico e mítico, diz Bakhtin, poderia designar objetos pela primeira vez.

Já que é sempre atravessado pelo outro, o gênero não só é determinado social e historicamente, como também ele próprio determina a ação dos sujeitos nele inscritos, uma vez que a prática social não é anterior à prática discursiva, mas ambas ocorrem de forma concomitante. A prática social não existe sem a prática discursiva, que é a sua materialidade; no entanto, a prática discursiva é determinada pela prática social, é efeito desta. Daí a característica da simultaneidade. Logo, o gênero é caracterizado por determinadas regularidades porque é construído no interior/no intrincamento dessas práticas. E são essas regularidades que caracterizam um texto. A análise e a caracterização de um texto só são possíveis no interior de um gênero (DIAS, 2005).

No gênero midiático é comum encontrarmos um sujeito que, na sua aparente neutralidade, revela-se fazendo não o que quer, senão aquilo que pode, aquilo que lhe cabe na posição de sujeito que ocupa num dado momento, já que ocupa um lugar entre o poder e o saber. Logo, os lugares ocupados por esse sujeito dividido, embora o veículo seja sempre o mesmo, são móveis e sempre determinados pelo outro. E,

se assim o são, a rede está sempre se rompendo, aqui e ali, de modo que o ponto que cada um ocupa está sempre sujeito a variações e a escrita é a materialidade dessas posições-sujeito.

O gênero como possibilidade de ruptura

Bakhtin fez reflexões sobre os gêneros entendendo-os como possibilidade de uso da linguagem em todas as instâncias. Não podemos esquecer que esse uso traz marcas do sujeito, desempenhando atividades em diferentes lugares de sua vida social e, nesse sentido, o gênero vem carregado de significações, as quais refletem as falhas, os desvios, os efeitos ideológicos. Assim, “as formas relativamente estáveis” estão abertas às transformações. Segundo Bakhtin, o gênero não é fixo, renasce de outros gêneros e está ligado à linguagem e à vida social.

Dessa forma, o atravessamento e a flexibilização dos gêneros podem ser deslocados e pensados numa perspectiva discursiva, sobretudo da heterogeneidade, se levarmos em conta que não “existe discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia” (PÊCHEUX, 1975). O sujeito não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de efeitos da linguagem; por isso, é sempre afetado pelo inconsciente e pela alteridade.

A atividade de leitura, quando vista de diferentes perspectivas, adquire sentidos específicos, ou mesmo dá origem a objetos de estudo diferenciados.

E nossa tarefa aqui é apontar o gênero como possibilidade de ruptura; caso contrário, retornaremos à classificação por tipologias textuais. E a ruptura não vai se dar senão em função do sujeito-leitor do texto, o qual, assim como o texto, possui a característica de incompletude. O leitor é, assim, “o outro, necessariamente implicado, na escritura de um texto” (GRIGOLETTO, 2005a, p. 224). Em outras palavras, o sentido do texto só se constrói na relação entre sujeito-autor e sujeito-leitor, a partir da materialidade lingüística na qual estão presentes as marcas, os pontos de deriva que remetem a diferentes possibilidades de leitura, porém não a qualquer uma. Orlandi confirma essa relação:

O sujeito-leitor se constitui na relação com a linguagem (enquanto intérprete) em função da textualidade, à qual se submete [...] a materialidade textual já traz em si, um efeito-leitor, produzido, entre outros, pelos gestos de interpretação de quem o produziu, pela resistência material da textualidade (formulação) e pela memória do sujeito que lê (2001, p. 63-64).

Portanto, “a cada leitura é delineada uma nova forma de relação do texto com o leitor e, conseqüentemente, novas inscrições históricas, novas filiações institucionais são postas em jogo e, por sua vez, diferentes modos de identificação do sujeito” (GRIGOLETTO, 2005a, p. 224). A leitura, então, conforme nos aponta Birman, pode apresentar uma “dimensão irruptiva”, quando “desarticula os sentidos instituídos e codificados, entreabrindo a possibilida-

de para a produção de outros sentidos” (1996, p. 56). Dessa forma, é possível ao leitor resistir construindo sentidos outros para um texto, diferentes daqueles impostos pela mídia, como é o caso do gênero midiático ora analisado. E é somente a partir desse movimento de desconstrução dos sentidos instituídos que se abre a possibilidade de ruptura do gênero discursivo, a qual produz uma desidentificação do sujeito-leitor com o lugar de saber que lhe foi projetado, enquanto leitor-ideal, pelo sujeito-autor, nesse caso a mídia, no momento de construção do texto. Como afirma Orlandi (2003, p. 23), o leitor “foge pelos interstícios. Produz contradições”, o que aponta para “uma variedade de leitores como efeito de resistência ao perfil ‘leitor-ideal’.”

Ao falarmos da perspectiva da análise de discurso (AD), que se define como uma semântica discursiva, portanto, que não acredita em sentidos estáveis contidos num texto, à espera da interpretação, a análise que propomos é lingüística, mas também discursiva e histórica, exterior, ligada às condições de produção.

Cabe aqui chamar a atenção para a distinção entre texto e discurso nessa perspectiva teórica. O texto, tomado numa perspectiva discursiva, vai contemplar questões da ordem sócio-histórica. Nessa perspectiva, o texto/gênero é considerado como materialidade do discurso, “objeto lingüístico-histórico” (ORLANDI, 2004). E considerá-lo como objeto lingüístico-histórico significa tratar a historicidade como constitutiva do texto. Portanto, na perspectiva

do discurso, segundo Orlandi, o texto não é uma unidade fechada, pois tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que se chama na teoria do discurso sua “exterioridade constitutiva” (o interdiscurso, a memória do dizer). Nesse sentido, podemos afirmar que, ao analisar, ao trabalhar com o texto, não se está apenas analisando o texto em si, mas o(s) discurso(s) nele atravessados. Por isso, o texto é constitutivamente heterogêneo e o seu sentido não é dado *a priori*, nem é transparente. O sentido do texto, à luz de suas condições de produção, “resulta da interlocução estabelecida entre os sujeitos historicamente determinados [...]”. O sentido não pertence, de direito, nem ao texto nem ao sujeito que o produziu, mas é o resultado da relação entre os sujeitos históricos envolvidos na sua produção/interpretação” (INDURSKY, 2006, p. 70). Daí a sua característica de incompletude.

Assim, não importa se o objetivo do texto é controlar, resistir ou denunciar verdades; o que importa é que, por trás dessa prática de linguagem, existe um autor que se encontra afetado por uma ideologia e que passa a inscrever sentidos, a partir daquilo que escreve como verdade. Enfim, este sujeito exerce uma prática discursiva. Do mesmo modo, os leitores estão afetados ideologicamente e, ao ler, produzem sentidos, subjetivam-se entre o saber e o poder; por isso, o texto não é um “amontoado de frases”, já que nenhuma palavra é

neutra e o sentido não é transparente. A sua transparência é mera ilusão. Resumindo, o texto é construído a partir das condições sócio-históricas e ideológicas.

Então, numa perspectiva discursiva, o gênero midiático está ligado à ilusão da promessa de “fabricação” de imagens autênticas e verdadeiras, as quais, por sua vez, produzem a cristalização de UM sentido dominante acerca de determinados fatos, acontecimentos sociais e históricos, ou seja, a mídia produz verdades, silenciando o que outros textos dizem sobre esses acontecimentos. E, ao produzir verdades, imprime um efeito de novidade sobre o fato noticiado. A grande questão é, portanto, saber o que e o quanto desse fato é apagado em cada edição, tendo em vista que esse sentido que é imposto ao leitor/telespectador como dominante.

No gênero midiático, embora todo dia um texto seja apagado em detrimento de outros, há um movimento de (des)identificação entre o saber e o não-saber, que é o que vai fazer com que o sujeito-leitor reafirme ou rompa com o sentido já dado pela mídia.

Logo, é na (des)identificação com um certo lugar de saber que o sujeito rompe e/ou mantém regularidades que (des)autorizam algumas práticas discursivas em detrimento de outras nas diferentes esferas sociais. Essa heterogeneidade e dinamicidade podem ser observadas nos eventos textuais vinculados às necessidades e às atividades socioculturais e inovações tecnológicas, como é o caso do gênero jornalístico ora

analisado. Os recursos explorados pela mídia produzem imaginários sobre o noticiado, constroem memória social e revelam a própria funcionalidade do texto. Nas sociedades modernas revela-se a funcionalidade de um sujeito moldado pela mídia, que é atravessado pelo outro, fragmentado e costurado pelo espetacular.

O funcionamento do gênero midiático: regularidades ou rupturas?

Para analisar o funcionamento do gênero midiático, selecionamos duas capas da revista *Veja* (anexas) para trabalhar a leitura numa perspectiva discursiva, verificando algumas regularidades e rupturas.

Considerando que, conforme já explicitamos no item anterior, a cada leitura de um texto são delineadas formas de relação do texto com o leitor e novas inscrições históricas e filiações institucionais são postas, o gênero midiático desempenha papel importante na (re)produção e circulação dos sentidos e na constituição de diferentes posições-sujeito.

Apesar dos diferentes posicionamentos políticos de cada jornal e de cada revista, em geral, o funcionamento deste gênero trabalha no sentido de envolver os seus leitores, inserindo o previsível, UM sentido dominante dentro de uma certa regularidade. Mas como em todo discurso sempre há algo que escapa, que desliza, o inesperado,

que, então, diz respeito aos desdobramentos dos sentidos futuros.

O *corpus* de nossa análise é constituído por duas capas da revista *Veja* e está inserido em dois recortes temporais no campo da política. O primeiro exemplo (Anexo I) pertence à edição 1.977, de 11 de outubro de 2006, e se situa no período das eleições entre o primeiro e segundo turnos das últimas eleições presidenciais. O segundo exemplo (Anexo II) pertence à edição 2.049, ano 41, n. 8, de 27 de fevereiro de 2008, e diz respeito à renúncia de Fidel Castro à presidência de Cuba.

Vale lembrar que nas capas descritas observamos que a regularidade se mantém em relação às edições anteriores, como espaço em que o jornalista procura fixar o lugar daquele que sabe e, por isso, emite opiniões, julga os fatos e mantém posição. Em relação ao conteúdo recuperado nas edições anteriores, pelo funcionamento do processo discursivo,² evidencia-se o modo como o sujeito do discurso se identifica com os saberes da formação discursiva³ em que ele se inscreve, sobretudo no campo da política. Assim, a argumentação na mídia é construída “pelo viés de inúmeras formulações produzidas em tempos diversos e dispersas espacialmente, e não no fio do discurso” (INDURSKY, 2003, p. 59). Mascaram-se, assim, os diferentes gestos de interpretação, tornando UM sentido evidente.

Embora, aparentemente, o discurso jornalístico deva falar sobre o mundo, retratá-lo e torná-lo compreensível para os leitores, apontando diferentes

pontos de vista sobre os fatos, o que se verifica no exame do funcionamento do processo discursivo é a interpretação dos fatos construída somente por um viés, aquele que melhor (re)produz a ideologia dominante, com a qual o veículo de comunicação se identifica.

O exemplo apresentado no Anexo I evidencia esse retorno às outras notícias anteriores, às formulações já produzidas. Como é possível perceber, o texto-capa do Anexo I traz uma matéria que orienta a enunciação do jornalista na relação com a imagem para mostrar que o lugar do eleitor está conjugado ao do candidato e da revista *Veja*.

A designação “o desafiante” permite recuperar, pelo interdiscurso,⁴ os pré-construídos, a memória construída no campo social e da política acerca dos sentidos que circulam socialmente sobre os dois candidatos. O fato de apontar Geraldo Alckmin como um fenômeno não só busca evidenciar a diferença entre os dois candidatos (Alckmin e Lula), mas também apontar para os diferentes lugares sociais, reforçando o sentido de que a essência de cada um é determinada pelas condições econômicas e culturais, isto é, a oposição entre os dois não ocorre apenas no plano político-partidário e, sim, nas condições de produção material e intelectual, reforçando a oposição entre dois mundos: capitalismo *versus* socialismo.

Como formula Zoppi-Fontana (1999), as designações apagam as diferentes posições de sujeito, as quais

poderiam evidenciar efeitos de sentido não desejáveis no momento da enunciação. “O desafiante” aponta, assim, para a naturalização dos sentidos, uma vez que torna visíveis a disputa pelos sentidos e a posição de identificação da revista com o candidato destaque desta capa.

O texto na tarja-amarela (lado esquerdo, parte superior da capa), por exemplo, não só reproduz, como reforça o imaginário sobre Lula como político corrupto, cuja inscrição em vermelho alerta os eleitores para o mundo da incompetência, da negligência e dos riscos de ser governado por um petista.

Como se isso não bastasse para reforçar o imaginário negativo sobre os petistas, o lugar institucionalizado do sujeito midiático é aquele que se identifica com o lugar do saber e poder; portanto, reporta-se à pessoa autorizada e competente para dar a informação. O que se percebe é que o sentido acerca do governo petista (cf. exemplo acima), como sempre, para circular entre os leitores depende de um veículo aprovado e reconhecido socialmente, o qual pode contar com profissionais que possuem conhecimento dos fatos e, bem por isso, mostram a verdade, denunciam práticas e/ou controlam/delimitam os temas que devem e podem circular, ou seja, a regularidade no gênero midiático mantém-se na (re)produção dos sentidos, que se mantém dentro da mesma matriz. Parafrasticamente falando, “todo mundo sabe que o governo atual é negligente”.

Por outro lado, quando se leva em conta a profissão de médico em detri-

mento da de metalúrgico, socialmente se reforçam saberes do senso comum, os quais ressoam, neste texto e em tantos outros, sentidos que dizem ser a primeira profissão (médico) muito mais valorizada que a segunda (metalúrgico).

Segundo o texto-capa (1), no lado esquerdo, na parte inferior, a sequência discursiva “**agora** ele é uma **ameaça real** à reeleição do presidente Lula” aponta Alckmin como uma ameaça, já que não se devem desprezar os “40 milhões de votos” conquistados no primeiro turno. Portanto, neste enunciado é construída uma memória por antecipação, a qual anuncia a possibilidade de derrota de Lula, tendo em vista que, na lógica da política, o importante é somar votos para derrubar o candidato da oposição.

A ilusão de controle/limite sobre os sentidos que se veiculam na revista pode ser observada no uso da marca lingüística “agora”, a qual faz remissão às fases do período eleitoral: o antes (primeiro turno) e o depois (segundo turno). Ao mesmo tempo, há remissão a uma memória futura, a qual pode ser observada a partir do seguinte enunciado: “Como funcionaria a economia com Alckmin eleito.” A revista, então, antecipa ao leitor sentidos sobre o futuro mandato de Alckmin, posicionando-se, claramente, a favor desse candidato.

O gênero midiático analisado numa perspectiva discursiva possibilita-nos afirmar, então, que, ao escrever/assinar uma matéria, o autor projeta, antecipa a dimensão imaginária, um

lugar para o leitor, o outro necessariamente implicado nesse processo de escrita jornalística. E ao antecipar esse leitor “ideal”, direciona UM sentido possível, silenciando outros. Pelo mecanismo de funcionamento ideológico, o gênero midiático mascara a questão da heterogeneidade e homogeneiza os dizeres numa só direção, aquela que é do interesse da empresa jornalística em questão. Assim, somente o próprio sujeito-leitor, a partir de um gesto de leitura irruptiva, poderia desconstruir, romper com o sentido dominante construído pela revista a partir da publicação dessa capa.

A segunda capa (Anexo II) da revista *Veja* faz parte de uma edição mais recente, também no campo discursivo da política, destacando, de um lado, a política brasileira e, de outro, a política internacional.

Neste segundo exemplo, preliminarmente, é possível apontar a estranheza do enunciado “já vai tarde”, presente muitas vezes no gênero falado para designar tempo. No entanto, nesta capa o entrelaçamento do gênero jornalístico com o falado produz um efeito de familiaridade e, conseqüentemente, de neutralidade e adesão do leitor à leitura que a revista está propondo acerca do episódio em questão: a renúncia de Fidel Castro. Embora “já vai tarde” configure idéia de alívio e esperança de libertação das “amarras” do socialismo e, por que não, certo desabafo por livrar-se do domínio de estar sob o governo de um mesmo homem por quase meio século, os sentidos apontam para outra direção, ou seja, o caráter ideoló-

gico do conteúdo do enunciado reforça as relações de antagonismo entre duas formações discursivas no campo político: a de direita e de esquerda.

A migração de um enunciado linguageiro para o campo político produz deslocamento da memória histórico-social, ou seja, se no cotidiano usamos costumeiramente o enunciado para expressar nossos sentimentos em relação a algo de que desejamos nos livrar, no campo da política os efeitos de sentidos são outros. Um dos sentidos possíveis é a correlação de forças antagônicas entre capitalismo e socialismo e/ou partidos políticos da direita e partidos políticos da esquerda. Neste caso, a revista inscreve o seu dizer na FD de direita, desidentificando-se com o governo de Fidel. Assim, o efeito de sentido que se evidencia é que Fidel foi um *ditador* e *hipnotizou* não só Cuba, mas toda a esquerda durante 50 anos. E isso inclui o Brasil, que, atualmente, é governado por um partido de esquerda.

Se a leitura é considerada como prática social, que trabalha o efeito da alteridade, e a escrita do texto é retorno constante ao interdiscurso, podemos afirmar que a discursivização do enunciado “Já vai tarde” no fio do discurso, e o seu subtítulo – “o fim melancólico do **ditador** que **isolou** Cuba e **hipnotizou** a esquerda durante 50 anos” – não só convocam uma memória histórica como também produzem silenciamento de outros enunciados, rompendo com os sentidos cristalizados na memória social até então, acerca dos movimentos socialistas. Portanto,

a revista projeta ao leitor uma imagem negativa não só do governo Fidel, mas dos governos de esquerda de uma forma geral, conforme já verificamos na análise da capa anterior, na qual se identificava com o candidato Alckmin, desqualificando Lula.

Corroboram ainda essa imagem negativa os enunciados que introduzem a matéria no interior da revista: “Um país de **muito passado** agora tem **algum futuro**”; “O **ditador** entrega o comando direto do país ao irmão, abre caminho para mudanças, mas fica ainda como um **fantasma** assombrando o povo e preservando sua **tenebrosa herança**”. Aqui, a imagem do ditador é associada à de um *fantasma*, que produziu uma *tenebrosa herança*. Tal imagem ainda é reforçada pela foto, de cores escuras e com sombras, de Fidel nesta capa, a qual remete mesmo a um fantasma que assombrou (*um país de muito passado*) e vai continuar *assombrando o povo*. Em outras palavras, o efeito de sentido evidenciado pela revista através do mecanismo de funcionamento ideológico é de que todo o passado de Cuba nas mãos de Fidel foi sombrio e que esse passado vai continuar produzindo efeitos no futuro do país, mesmo sem o ditador no comando.

Portanto, a mídia, de um modo geral, e a revista *Veja* em especial, utilizam-se do mecanismo da repetição para fixar determinados sentidos. Produzem, assim, muito mais regularidades do que rupturas.

Nas capas ora em análise a regularidade também se verifica em relação

à imagem projetada ao governo Lula. Tanto no exemplo 1 quanto no 2 a imagem do presidente Lula não ocupa lugar de destaque nas capas. No entanto, em ambas há referência a episódios ocorridos no governo de Lula, situados no campo superior esquerdo da capa. Na primeira capa analisada, conforme já mencionamos, embora não haja referência direta ao governo, podemos ler, a partir da inscrição no fio do discurso (como se produziu a **tragédia** cujo risco é de **apenas** 1 em 200 milhões), e remetendo ao interdiscurso, que a *tragédia* aconteceu no governo Lula, portanto, o governo tem sua parcela de culpa.

Na segunda capa, por sua vez, há referência direta a Lula, o que se concretiza pelo seguinte enunciado: “Lula **surfa** nos bons números do capitalismo brasileiro”. Fazendo a leitura desse enunciado numa perspectiva discursiva, observamos que, embora a chamada anuncie *bons números*, Lula não merece o destaque de capa. Chama-nos a atenção também o uso do verbo “surfear”, próprio do campo esportivo, neste caso deslocado ao campo da política, bem como o símbolo do real, estampado no peito do presidente, imitando a roupa do super-herói. Com isso, a revista constrói estratégias de argumentação, próprias ao gênero midiático para desqualificar o presidente Lula, mesmo quando os números de seu governo são positivos. Vejamos: ao afirmar que Lula surfa, atribuindo a ele uma imagem de super-herói, o jornalista, identificando-se com a linha editorial de *Veja*, remete ao efeito de

sentido de que o governo Lula não é sério, projetando ao leitor, mais uma vez, uma imagem negativa desse governo. Além disso, os *bons números* devem ser atribuídos não à competência do governo, mas, sobretudo, ao sistema *capitalista brasileiro*.

Evidentemente, tal leitura só é possível ao remetermos a argumentação, os dizeres inscritos no fio do discurso, ao processo discursivo, onde se confrontam saberes da ordem do capitalismo e do socialismo. No entanto, ao discursivizar esses saberes, UM sentido é evidenciado, neste caso, o que se inscreve na FD de direita e se identifica com o sentido do capitalismo, já que duas vozes antagônicas não podem ser reunidas num mesmo enunciado. Segundo Bakhtin (1981), para que duas vozes se façam presentes são necessários dois enunciados, produzidos por dois sujeitos diferentes.

Conforme Indursky,

no processo discursivo, não estamos mais face a um locutor, mas diante de um sujeito historicamente determinado que, por esta razão, diz apenas o que sua posição-sujeito lhe determina/permite dizer, ignorando/silenciando os argumentos de outro sujeito histórico, desqualificando, por este viés, os saberes deste outro, que é seu antagonista ideológico (2003, p. 64).

No caso ora em análise, a posição-sujeito permitida ao jornalista pela revista *Veja* é a que desqualifica o governo do PT e outros governos de esquerda, como é o caso de Fidel. Mascara-se, assim, pelo mecanismo da repetição e da regularidade, a possibilidade de outros sentidos, os quais

poderiam produzir uma ruptura em relação à imagem negativa de Lula projetada ao leitor. Portanto, o gênero midiático funciona como uma espécie de administrador dos sentidos, direcionando/orientando o olhar do leitor somente para uma possibilidade de leitura. No entanto, essa leitura pode ser rompida quando o leitor se desidentifica com o sentido orientado pelo jornalista. E é somente desconstruindo, rompendo com os sentidos instituídos pela mídia, que o gênero midiático pode funcionar como possibilidade de ruptura. Talvez a leitura que propomos aqui dessas capas trilhe esses caminhos da (des)construção dos sentidos cristalizados pela mídia e que acabam sendo também sedimentados socialmente.

Considerações finais

No momento de concluir, perguntamo-nos, com alguma inquietação, se fomos bastante fiéis à proposta do título “O texto como possibilidade de ruptura”. Temos a sensação de que sim. Acreditamos ter dado a perceber a importância das reflexões desenvolvidas no interior da teoria do discurso de filiação francesa sobre o texto, cujos sentidos são resultantes da relação entre sujeitos histórico e ideologicamente determinados, envolvidos em diferentes instâncias de linguagem. E talvez conviesse ressaltar a importância da leitura do gênero midiático numa perspectiva discursiva, uma vez que a AD também produz respostas aos questionamentos em relação aos gêneros textuais, permitindo reflexão

bastante pertinente ao que está ligado ao sujeito-autor, sujeito-leitor e às práticas de linguagem, enquanto práticas políticas, e, por sua vez, à produção de sentidos.

Gostaríamos de retomar, para concluir, que a ruptura não se dá senão em função do sujeito-leitor, já que ele se inscreve historicamente em filiações institucionais e assume posições, (des)construindo sentidos instituídos e codificados. Em outras palavras, o gênero midiático como possibilidade de ruptura assume dimensão simbólica e política, na medida em que as insistentes retomadas à reprodução de sentidos institucionalizados passam a ser deslocadas, questionando a ordem das práticas discursivas e não discursivas. Do mesmo modo que os leitores estão afetados ideologicamente e, ao ler, produzem sentidos, subjetivam-se entre o saber e o poder, os autores também se encontram afetados/marcados institucionalmente, subjetivam-se, constroem realidades e encobrem verdades (ou mentiras).

Foram assim explorados dois elementos constitutivos do gênero midiático: a incompletude e a heterogeneidade. Resta, porém, o questionamento: se a movimentação, no gênero midiático, de (des)identificação entre o saber e o não-saber é o que vai fazer com que o sujeito-leitor reafirme ou rompa com o sentido já dado pela mídia, qual o olhar, então, sobre o nosso trabalho em práticas pedagógicas em que estamos habituados a ler imagens e sentidos sob o efeito da evidência?

Parece que nas sociedades modernas a funcionalidade do gênero pode ser encontrada na (des)construção dos efeitos de evidência produzidos no atravessamento pelo outro, na fragmentação e no arranjo do espetacular reforçado na/pela mídia, ou seja, a dimensão e os limites dos sentidos só são percebíveis no confronto desses efeitos/processos com as práticas histórico-sociais. Até porque, conforme Pêcheux, uma análise que se diz crítica não pode ser concebida desvinculada da prática política. Seguindo a lição de Pêcheux, acreditamos que as práticas lingüísticas e pedagógicas, quer seja na instituição, quer seja fora dela, também dependem das relações que se estabelecem entre sujeito e história, ou ainda, tudo depende dos efeitos da história, da ideologia, do político.

Résumé

Le texte comme possibilité de rupture: analyse du fonctionnement du genre médiatique

Le présent travail traite de les pratiques de langage dans le genre médiatique. Cet genre se produit, a partir des quelques régularités, mais qui peut être rompue. Les textes qui circulent dans la sphère journalistique nous permettent comprendre le fonctionnement dans cette régularité, d'une écriture désignée pour orienter les leurs lecteurs à remplir une fonction sociale. Généralement, il y a un

lieu dans ces textes pour la définition du type de producteur “autorisé” socioculturel pour valider la pratique de langage, en conduisant le lecteur à attester une façon de voir la réalité. De cette façon, dans cet genre du discours, il y a un lieu de savoir, qui peut être des ordres différents, qui détermine et renvoie opinions. La (des)identification avec cet lieu de savoir indique un producteur textuel autorisé à maintenir ou rompre avec le(s) sens du texte.

Mots-clé: Genre médiatique. Sens. Rupture.

Notas

- ¹ Conforme nota do tradutor, Bakhtin não diferencia enunciado de enunciação, empregando o termo russo *viskázivanie* quer para o ato de produção do discurso oral, quer para o discurso da escrita, o discurso da cultura.
- ² Conforme Indursky (2003), o processo discursivo é o lugar onde a argumentação discursiva, que é marcada pela dispersão, pode ser observada. Em outras palavras, somente remetendo ao processo discursivo podemos “reunir” sentidos dispersos e produzir um gesto de interpretação em relação às edições anteriores da revista.
- ³ FD aqui entendida, conforme Pêcheux e Fuchs (1975), como aquilo que determina o que pode e deve ser dito, consideradas determinadas condições sócio-históricas e ideológicas.
- ⁴ Lugar de memória do dizer, do puro já-dito, do *non-sens*, portanto, que pode reunir dizeres inscritos em FD antigônicas.

Referências

BAKHTIN, Mikhail (Volochnikov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. O discurso em Dostoiévski. In: BAKHTIN. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981. p. 157-239.

_____. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BIRMAN, Joel. *Por uma estilística da existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte*. São Paulo: Editora 34, 1996.

DIAS, Luiz Francisco. Textualidade e gramática: relações em construção. In: SCHONS, Carme Regina; RÖSING, Tania M. K. (Org.). *Questões de escrita*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 30-41.

GRIGOLETTO, Evandra. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. Tese (doutorado em Letras) - UFRGS, Porto Alegre, 2005a.

_____. (2005 b) Reflexões sobre o funcionamento do discurso outro: de Bakhtin à análise de discurso. In: ZANDWAIS, Ana (Org.). *Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. p. 116-131.

INDURSKY, Freda. Argumentação na mídia: do fio do discurso ao processo discursivo - um contraponto. *Letras*, Santa Maria: UFSM, n. 27, jul./dez. 2003.

_____. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p. 33-80.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *A leitura e os leitores*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2003. p. 7-24.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

VEJA. São Paulo: Abine, 1977, ed. 11 out. 2006.

_____. ed. 2049, ano 41, n. 8, 27 fev. 2008.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 202-215 (Coleção Ensaaios).

YAGUELLO, Marina. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail (Volochnikov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 11-19.

Anexo I



(Veja, ed. 1977, 11 out. 2006)

Anexo II



(Veja, ed. 2049, ano 41, n. 8, 27 fev. 2008)